



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

HABEAS CORPUS Nº 0002040-53.2013.8.17.0000 (0297239-0)

IMPETRANTE: Hezekias Leal Campos de Oliveira (OAB/PE nº 5881-D)

PACIENTE: Leandro Roberto de Lima Martins

RELATOR: DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

ÓRGÃO JULGADOR: 2ª Câmara Criminal

PROCURADORA DE JUSTIÇA: Dra. Judith Pinheiro Silveira Borba

EMENTA: CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. ROUBO MAJORADO PELO EMPREGO DE ARMA DE FOGO E PELO CONCURSO DE PESSOAS. PLEITO DE CONCESSÃO DE LIBERDADE PROVISÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. PRESENÇA DOS MOTIVOS JUSTIFICADORES DA CUSTÓDIA CAUTELAR. ALEGAÇÃO DE NULIDADE DO AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE. ARGUMENTAÇÃO SUPERADA EM FACE DA DECRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA DO PACIENTE, ESTANDO ELE PRESO POR NOVO TÍTULO. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

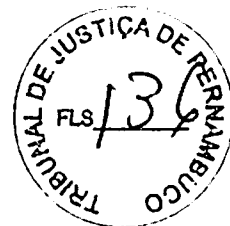
1. Estando presentes os motivos autorizadores da prisão preventiva, não é possível a concessão da liberdade provisória, consoante inteligência do art. 321 do Código de Processo Penal. Condições pessoais favoráveis, como primariedade, bons antecedentes e domicílio definido, não asseguram a liberdade provisória, quando demonstrada a necessidade de segregação cautelar;
2. A tese da ilegalidade da prisão em flagrante do paciente encontra-se superada, tendo em vista a superveniência de novo título a embasar a sua custódia cautelar, qual seja, o decreto de prisão preventiva;
3. Ordem denegada. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do *habeas corpus* nº 0002040-53.2013.8.17.0000 (0297239-0), em que figuram como impetrante Hezekias Leal Campos de Oliveira e como paciente Leandro Roberto de Lima Martins, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em sessão realizada no



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA



dia 27 / 03 / 2013, por decisão unânime, em denegar a ordem, tudo conforme consta no relatório e voto anexos, que passam a fazer parte do presente julgado.

Recife, 27 de março de 2013.


Des. Antonio de Melo e Lima
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA



HABEAS CORPUS Nº 0002040-53.2013.8.17.0000 (0297239-0)

IMPETRANTE: Hezekias Leal Campos de Oliveira (OAB/PE nº 5881-D)

PACIENTE: Leandro Roberto de Lima Martins

RELATOR: DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

ÓRGÃO JULGADOR: 2ª Câmara Criminal

PROCURADORA DE JUSTIÇA: Dra. Judith Pinheiro Silveira Borba

RELATÓRIO

O advogado Hezekias Leal Campos de Oliveira impetrou a presente ordem de *habeas corpus*, com requerimento de concessão de medida liminar, em favor de **Leandro Roberto de Lima Martins**, apontando como autoridade coatora o Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito da Vara Única da comarca de Itamaracá/PE, juízo perante o qual o paciente responde ao processo de nº 0000030-84.2013.8.17.0760.

Na exordial (fls. 02/19), o impetrante relata que o paciente foi preso em flagrante delito no dia 31/01/2013 pela suposta prática do crime de roubo majorado pelo concurso de pessoas, tipificado no artigo 157, § 2º, inciso II do Código Penal.

Afirma que o referido paciente faria jus ao benefício da liberdade provisória, uma vez que, em suas palavras, não estariam presentes os requisitos ensejadores da segregação preventiva, bem como pelo fato de o paciente ter condições subjetivas favoráveis, como residência e empregos fixos, além de ser primário.

No presente *mandamus* pugna pelo reconhecimento de nulidade do auto de prisão em flagrante delito do paciente, afirmando-se que a aludida peça possui várias contradições entre as testemunhas e que não há materialidade comprovada, a fim de que possa ser instaurada a persecução penal em face do ora paciente.

Diante desse contexto, o impetrante requer, liminarmente, a concessão do benefício da liberdade provisória ao paciente, com a expedição do competente alvará de soltura. No mérito, pugna pela concessão da ordem em definitivo.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA



A inicial veio instruída com os documentos de fls. 20/80.

O pleito liminar foi indeferido por meio da decisão interlocutória de fls. 87/88, ocasião em que também foram solicitadas as informações de praxe, as quais foram prestadas por intermédio do ofício de fl. 96, acompanhadas dos documentos de fls. 96/124.

Remetidos os autos ao Ministério Público, a douta Procuradora de Justiça, Dra. Judith Pinheiro Silveira Borba, ofertou parecer pela denegação da ordem (fls. 130/131).

É o relatório.

VOTO DO RELATOR

Senhores Desembargadores,

Como visto, pretende o impetrante com o presente *writ* sanar alegado constrangimento ilegal suportado pelo paciente, em face de supostas ilegalidades ocorridas na lavratura do auto de prisão em flagrante do paciente, bem como em face da decretação da custódia preventiva do mesmo, em que pese fazer jus, sob a ótica do impetrante, à concessão da liberdade provisória.

Conforme se infere da cópia da exordial acusatória, acostada às fls. 97/100, o paciente foi denunciado junto com outras duas pessoas, Iranilson Manoel Gomes da Silva e Edgar Souza de Melo, por ter supostamente cometido as seguintes condutas.

Relata a inicial que no dia 30/01/2013, entre as 20:30h e 22h, no bairro Forte Orange, município de Itamaracá/PE, os denunciados, em comunhão de designios, mediante ameaça, com utilização de arma de fogo, subtraíram vários celulares de sete vítimas diferentes.

Consta ainda daquela inicial que as vítimas Dalci Gomes Martins e Luis Antônio Raimundo Pinheiro estavam saindo da pousada em que estavam hospedadas, quando foram abordadas pelos denunciados, os quais estavam em três motocicletas e, após recolherem os celulares das três vítimas, fugiram do local.

2



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA



Extraí-se ainda que, após este primeiro assalto, os denunciados e uma quarta pessoa não identificada, abordaram a vítima Maria da Conceição, a qual retornava para casa, acompanhada de uma amiga. Mais uma vez, os assaltantes apontaram a arma para a vítima, exigiram seu celular, após o que partiram para o terceiro assalto da noite. Desta vez, abordaram a vítima Paulo Henrique Lima Barbosa e subtraíram-lhe o aparelho de telefone celular, fugindo em seguida.

Por fim, os três denunciados assaltaram as vítimas Juraci Marcolino de Araújo, Davyla Augusta Diogo de Araújo Melo e Valdely Moura. Neste momento, fizeram menção de portar arma de fogo e exigiram os pertences das referidas vítimas, no que foram prontamente atendidos. Depois de subtrair os objetos, fugiram novamente.

Todas as vítimas então comunicaram o fato à polícia militar e com isso, foram realizadas diligências, durante as quais os indivíduos foram presos e alguns dos celulares subtraídos foram recuperados. Além disso, ainda foram localizados junto com os réus outros celulares, cujos proprietários não foram encontrados.

Pois bem.

Nas informações prestadas pela autoridade apontada como coatora (fl. 96), consta que o paciente foi denunciado pelo delito do artigo 157, § 2º, incisos I e II c/c artigo 71, parágrafo único, ambos do Código Penal (roubo majorado pelo concurso de pessoas e pelo emprego de arma de fogo em continuidade delitiva). Menciona-se ainda que o referido paciente foi preso em flagrante delito e que, posteriormente, tal prisão foi convertida em custódia preventiva.

Compulsando os autos, verifica-se que, nesta decisão, o magistrado *a quo* destacou que, por não haver qualquer irregularidade no auto de prisão em flagrante, foi decretada a segregação cautelar do paciente, baseando-se nos requisitos do artigo 312 do Código de Processo Penal, especialmente a garantia da ordem pública, uma vez que o crime em tela traz grandes transtornos à vida dos moradores, comerciante e turistas da Ilha de Itamaracá.

3



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA



Também nas referidas informações o magistrado singular destaca o que se segue (fl. 96):

“(...) Os acusados foram denunciados pela prática de roubo com ameaça às vítimas, crime este que tem aumentado consideravelmente por jovens, muitas vezes para adquirir drogas ou simplesmente para obter coisa alheias, achando que ficarão na impunidade. Tal crime vem causando medo a população e aos turistas que frequentam a Ilha de Itamaracá, os quais não querem sair de suas casas, se tornando reféns da criminalidade. O judiciário tem feito a sua parte, coibindo de forma que tal crime não se torne corriqueiro, julgando processos com maior celeridade, inclusive este, que está apenas com 29 dias de tramitação, não havendo qualquer tipo de atraso. (...)”

Portanto, quanto à alegação de que o paciente mereceria a concessão do benefício da liberdade provisória, entendo que o mesmo não deve prosperar, pois a presença dos motivos justificadores da prisão preventiva, por si só, tornam inviável a concessão da benesse requerida.

Conforme ensina Guilherme de Souza Nucci¹, a garantia da ordem pública é expressão que traduz a necessidade de se manter a ordem na sociedade, que, em regra, é abalada pela prática de um delito, como no caso em tela.

O *modus operandi* do agente indica sua periculosidade, uma vez que foram realizados vários roubos na mesma noite, com emprego de arma de fogo e em concurso de pessoas. Desta forma, evidencia-se a necessidade da custódia do mesmo. O Superior Tribunal de Justiça possui precedentes exatamente nesse sentido, confira-se:

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. DESCABIMENTO. MODIFICAÇÃO DA ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL DO STJ. ROUBO.

¹ Nucci, Guilherme de Souza. Código de Processo Penal Comentado – Guilherme de Souza Nucci. 6ª edição revista, atualizada e ampliada. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA



PRISÃO EM FLAGRANTE. INDEFERIMENTO DA LIBERDADE PROVISÓRIA. MODUS OPERANDI. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA.

(...) - Na hipótese dos autos, a denegação da liberdade provisória encontra-se devidamente fundamentada, pois o paciente cometeu o delito de roubo em estabelecimento comercial, utilizando arma de fogo e em concurso de pessoas. O modus operandi da conduta, segundo precedentes desta Corte, evidencia a periculosidade do agente e é apto a ensejar a manutenção da custódia cautelar para a garantia da ordem pública. Habeas corpus não conhecido. (HC 212.178/PR, Rel. Ministra MARILZA MAYNARD (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/SE), QUINTA TURMA, julgado em 13/11/2012, DJe 23/11/2012) – grifos nossos.

No que tange à argumentação de nulidades do auto de prisão em flagrante, não assiste melhor razão ao impetrante.

Conforme reiterados julgados do Superior Tribunal de Justiça, após a decretação da prisão preventiva, o paciente encontra-se recolhido ao cárcere sob novo título, restando superadas eventuais alegações de nulidades ocorridas quando da lavratura do auto de prisão em flagrante. Nesse sentido:

TRÁFICO DE ENTORPECENTES. PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO. NULIDADE DO FLAGRANTE. TESE SUPERADA. SUPERVENIÊNCIA DA PRISÃO PREVENTIVA. PRETENDIDA REVOGAÇÃO. CRIME DE PERIGO ABSTRATO. LESÃO À SAÚDE PÚBLICA. QUANTIDADE E VARIEDADE DE DROGA APREENDIDA. POTENCIALIDADE LESIVA DA INFRAÇÃO. GRAVIDADE CONCRETA. PERICULOSIDADE DO AGENTE. REITERAÇÃO DELITIVA. NECESSIDADE DE ACAUTELAMENTO DA ORDEM PÚBLICA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA E CONSTITUCIONAL. SEGREGAÇÃO JUSTIFICADA E NECESSÁRIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO DEMONSTRADO.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA



1. A tese da ilegalidade da prisão em flagrante do paciente encontra-se superada, tendo em vista a superveniência de novo título a embasar a sua custódia cautelar, qual seja, o decreto de prisão preventiva.

(...) (HC 251.233/MG, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 18/12/2012, DJe 26/02/2013) – grifos nossos

Ademais, depreende-se da documentação acostada pelo próprio impetrante, que a vítima Juraci Marcolino Araújo reconheceu os três denunciados, bem como as motocicletas utilizadas no assalto (fl. 26). Além disso, as vítimas Valdely Moura Alves (fl. 27) e Paulo Henrique Lima Barbosa (fl. 29) também os reconheceram como sendo os autores dos roubos sofridos por elas.

Na verdade, a impetração não aponta nulidades ocorridas naquela peça, mas sim situações que, em sua ótica, são contraditórias, como, por exemplo, o fato de uma das testemunhas não ter reconhecido o paciente. Entretanto, como já mencionado, outras três testemunhas o fizeram, com isso, não há nulidade, mas apenas fatos que deverão ser esclarecidos na via própria, qual seja, no bojo da ação penal originária deste *habeas corpus*.

Portanto, constata-se a partir dos autos deste *mandamus* que os preceitos do Código de Processo Penal foram atendidos, como a comunicação a família do preso, bem como a remessa do auto de prisão em flagrante ao poder judiciário no prazo de 24 horas, conforme se depreende das fls. 57 e 66, não havendo, portanto, qualquer ilegalidade a ser sanada.

Comungando do entendimento acima explanado, a douta Procuradora de Justiça, assim se manifestou (fls. 130/131):

“(...) Assim, a decisão que homologou a prisão cautelar a *prima facie* está devidamente fundamentada e agiu corretamente a suposta autoridade, com base na garantia da ordem pública, tendo em vista a forma como foram presos e os indícios de que os denunciados se uniram para praticar assaltos. Ou seja, analisou a sua plausibilidade e viu que ela era necessária a partir de critérios e em cognição sumária dos elementos disponíveis (*fumus boni iuri*) e que a



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA



segregação provisória se fez necessária para garantia da ordem pública. (...) **Por fim, nunca é bom esquecer que já se admite a utilização do princípio da confiança em casos como o destes autos, pois é na realidade local que o magistrado está abalizado para tomar a decisão mais acertada para o caso concreto.** (...)” – grifos nossos.

Em virtude de todo o exposto e em consonância com o parecer ministerial, **voto pela denegação da ordem.**

É como voto.

Recife, 27 março de 2013.

Des. Antonio de Melo e Lima
Relator